ISSN: 2358-8829

GEOTECNOLOGIA PARA CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO BAIXO SUL DA BAHIA

Heitor de Sousa Moreira [1]
Joélia Silva dos Santos [2]

Introdução

A proposta deste resumo expandido está ancorada na pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida durante os anos de 2025/2026 com estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, no Instituto Federal da Bahia - IFBA, campus Valença, na área de Cartografia, com ênfase na utilização das geotecnologias para caracterização do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Tal estudo foi realizado com a elaboração de mapas temáticos, usando o software de geoprocessamento QGIS, a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE e dos aspectos populacionais, geomorfológicos e da cobertura vegetal do território.

O QGIS compõe um conjunto de ferramentas computacionais que são denominadas Sistemas de Informações Geográficas (SIGs). Trata-se de uma tecnologia cartográfica que não é comumente trabalhada com estudantes da educação básica, uma vez que os conceitos necessários para o manuseio do programa não são específicos dessa modalidade de ensino (Santos, 2019). Contudo, por meio da Iniciação Científica, o estudante do ensino médio tem contato com a técnica ao mesmo tempo em que aprende a fazer uma leitura crítica da representação cartográfica ao transpor e analisar informações técnicas para o cotidiano. Nesse sentido, este trabalho objetiva discutir o uso das geotecnologias como ferramenta para compreensão do panorama do Território do Baixo Sul da Bahia com análises geográficas, a partir da elaboração de mapas temáticos para fins educacionais.

Os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes: pesquisa bibliográfica, coleta de dados demográficos no site do IBGE, seleção dos shapefiles que apresentam a macro caracterização dos recursos naturais do Brasil, elaboração dos mapas no software de geoprocessamento QGIS e construção das análises. Assim, esta

[1] Estudante da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do curso de Informática, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, heitorsmor@gmail.com
[2] Mestre em Planejamento Territorial e docente de Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, joelia.silva@ifba.edu.br.

ISSN: 2358-8829

pesquisa apresenta importância no direcionamento das principais discussões que abordam os aspectos geográficos do território analisado, tendo como um dos resultados os mapas temáticos, instrumentos que podem ser utilizados por professores e estudantes da educação básica para trabalhar com temáticas que enfatizam a realidade local.

Este trabalho está organizado em três seções, excetuando esta introdução e as considerações finais. No primeiro momento, apresentamos uma abordagem sobre a constituição dos territórios de identidade na Bahia, contexto em que o baixo sul foi referência na proposta de regionalização desenvolvida pela Secretaria de Planejamento do estado - SEPLAN, a partir de 2003. Ainda nesta seção, abordamos os principais contrapontos à adoção dos conceitos de território pela instância governamental a partir da perspectiva da ciência geográfica. Na sequência, discutimos o processo de utilização da geotecnologia para o estudo territorial com destaque à importância do saber material e imaterial/simbólico construído a partir da dimensão espacial e valorização do lugar. Na última seção apresentamos uma breve caracterização geográfica do território, considerando aspectos da população indígena e quilombola.

O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO BAIXO SUL DA BAHIA

Dentre os vinte e sete (27) territórios de identidade do estado da Bahia, o Baixo Sul é marcado pela rica diversidade cultural, belezas naturais e forte presença de comunidades tradicionais como, indígenas e quilombolas, com destaque, segundo Souza e Carvalho, (2021) para o grupo Pataxó Hã-Hã-Hãe, o qual inclui etnias como Baenã, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren. O referido território é composto por quinze municípios, sendo: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães, os quais possuem, paralelamente semelhanças e diferenças nos diversos aspectos econômicos, culturais, sociais e estruturais.

Segundo a Secretária de Planejamento da Bahia - SEPLAN (2017), em 2003, a diversidade territorial no baixo sul da Bahia foi identificada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA nos planejamentos do desenvolvimento rural dos estados brasileiros. Na época, a superação da desigualdade tornou-se uma demanda estratégica entre as regiões do país. Esse processo visava a territorialização por meio de

ISSN: 2358-8829

alguns critérios socioeconômicos, associado aos possíveis aspectos do sentimento de pertencimento da população local, ou seja, sua identidade territorial. Com isso, Flores (2014) aponta, em uma entrevista com Simone Carvalho e Thiago Xavier, ambos membros da Diretoria de Planejamento Territorial da SEPLAN, que houve mobilizações para a revelação desses territórios entre 2003 e 2006, mas foi apenas em 2007, quando Jaques Wagner assumiu o cargo de Governador da Bahia, que eles foram legitimados como unidade de planejamento e gestão de políticas públicas estaduais, sendo então reconhecidos como Território de Identidade.

Após a ação governamental, ocorreu a homologação do Decreto n° 12.354 de 25 de agosto de 2010, o qual em seu artigo 1º define o território delimitado pelo Estado.

> Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (Bahia, 2010, Art. 1º, § 1º).

Nesse sentido, o processo de criação dos territórios que compõem o Estado da Bahia tem origem na instância governamental, que considera aspectos culturais, econômicos, geográficos e sociais como meio para estabelecer um recorte territorial direcionado à atuação das políticas e ações estatais. Contudo, na concepção de Raffestin (1993), o conceito de território se associa a realização de um trabalho, o qual transforma inicialmente a instância primitiva do substrato material em uma segunda natureza, que após ser dominada por determinados segmentos sociais e pelas relações de poder estabelecidas pelos agentes que atuam no processo, começa a apresentar em sua paisagem elementos que o caracterizam como espaço apropriado.

Assim, a apropriação, exploração e manipulação dos elementos naturais e dos grupos de indivíduos que compõem o território ocorre pela disparidade entre o exercício e o uso do poder pelos povos autóctones e pelas entidades hegemônicas constituídas, as quais possuem interesses diversos e atuações distintas. A partir do momento em que as entidades governamentais exercem qualquer tipo de ingerência sobre o espaço constituído, a priori, pelos grupos sociais, essa ação pode ser considerada como estratégia para territorializar segmentos sociais com finalidade específica. Conforme afirma Quintela e Augusto (2018),

ISSN: 2358-8829

> Usar estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações através de uma delimitação e controle de área, isto sim produz um território. Desse modo, a territorialidade é também uma estratégia que estabelece diferentes níveis de acesso às pessoas, recursos e poder e, assim, pode ser colocada dentro do contexto das motivações humanas. (QUINTELA; AUGUSTO, 2018, p. 12)

Essas estratégias estão intrinsecamente ligadas à ação do Estado, e se expressam como consequência da (des)construção da territorialidade, que atinge as realidades sociais criadas a partir das memórias coletivamente construídas. Nesse aspecto, Fernandes (2009, p.212) afirma que "o território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas".

Por outro lado, o poder exercido pela população também é um fator que influencia diretamente nesta constituição. Dessa forma, a análise dos aspectos territoriais envolve dinâmicas e fatores diversos que perpassam pelas instâncias governamentais, da sociedade civil organizada e da comunidade local. Diante dessa complexidade, a discussão territorial, por meio da caracterização dos aspectos naturais e artificiais, permite compreender a realidade de constituição da base material e simbólica que comporta o território. Logo, a caracterização territorial do Baixo Sul demanda análise do processo estrutural a partir do aspecto cartográfico e socioespacial da totalidade geográfica. Para tal compreensão, dialogamos com Santos (1996), quando afirma que os sistemas de objetos e os sistemas de ações compõem a totalidade do espaço, que permite evidenciar a multiplicidade e diversidade da sua formação.

GEOTECNOLOGIA APLICADA A VALORIZAÇÃO SOCIOESPACIAL

Desde o período das Grandes Navegações, a produção de mapas era essencial para a compreensão da dimensão dos lugares alvos da colonização. Por causa disso, os elementos cartográficos eram utilizados como instrumento para disseminar informações de acordo com os interesses na exploração e colonização das terras conquistadas pelos europeus. O uso da cartografia com finalidade de controle socioespacial se associa à discussão apresentada por Lacoste (1998), quando afirma que a Geografia é uma disciplina que se alinha ao exercício do poder do Estado para elaboração do planejamento estratégico que tem como finalidade o controle dos territórios.

ISSN: 2358-8829

As estratégias de uso da ciência cartográfica, visando o exercício do poder e a sua manutenção, construiu e divulgou imagens e representações eurocêntricas durante séculos. Nesse período, a compreensão da técnica era restrita à elite intelectual, situação que não permitia a contestação ou verificação dos dados e informações projetadas. Na atualidade, o esforço é desconstruir os estereótipos e as caricaturas que foram direcionadas aos espaços e territórios dominados. Esse papel cabe aos órgãos governamentais e a todos os segmentos sociais que lutam pelos direitos básicos dos povos.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024) construiu um planisfério invertido, que destaca o país no centro do mapa. Nesse caso, a representação territorial foi uma ferramenta usada para disseminar uma imagem de valorização e destaque da área, que é frequentemente classificada como atrasada no que se refere ao desenvolvimento tecnológico. Ou seja, uma nação, taxada como economicamente fraca e dependente do capital internacional, foi posta como liderança das discussões nos fóruns internacionais enquanto potência econômica emergente.

No âmbito local e acadêmico, as pesquisas de Iniciação Científica que são realizadas pelos estudantes de Educação Básica também podem contribuir para análises mais direcionadas às especificidades e valorização do lugar. Diferentemente do contexto das grandes navegações, a cartografia atual permite o uso das geotecnologias para finalidades diversas e por diferentes segmentos sociais. Ainda assim, tanto naquela época, quanto no contexto atual, os mapas continuam sendo uma ferramenta de validação dos interesses humanos, políticos, ideológicos, inclusive devido ao suporte da produção geotecnológica.

Conceitualmente, as geotecnologias podem ser entendidas, conforme abordam Santos; Henrique e Sobral, 2025 (2025, p.83), “como processos humanos e técnicos criativos, que permitem a construção do saber material e imaterial/simbólico a partir da dimensão espacial do lugar”. O saber material pode ser exemplificado, conforme apontam Brito e Hetkowski (2010), através da cartografia, do sensoriamento remoto, do posicionamento global por satélite (GPS) e outros serviços, enquanto os imateriais abrangem discussões culturais, políticas e sociais que perpassam pelos processos de exclusão, tanto social quanto espacial. Assim, as geotecnologias envolvem situações que demandam o uso da técnica e das ações humanas para realização de determinadas atividades com a finalidade de obtenção de dados, informações ou reflexões. Nesse

ISSN: 2358-8829

sentido, trata-se da produção do conhecimento científico pela instância ontológica. A partir dessas constatações, as geotecnologias se constituem pela lógica da inseparabilidade entre sujeito e objeto, humano e técnica e o seu uso pode auxiliar na inclusão de indivíduos na dinâmica socioespacial.

Sob essa perspectiva, a importância da geotecnologia se concretiza pelo uso de tecnologias a favor do desenvolvimento do lugar, que pode potencializar o estudo do espaço relacionável, vivido e transformado. De acordo com Moreira e Souza (2018), as tecnologias podem, por exemplo, impulsionar adaptações na educação, uma vez que a parcela jovem da população está cada vez mais conectada e imersa no mundo digital, estabelecendo novas relações com o conhecimento científico.

A CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia é composto por 15 municípios, sendo sete deles banhados pelo Oceano Atlântico, fator que os tornam atrativos para atividades turísticas, enquanto os demais municípios apresentam outras diversidades culturais e sociais relacionadas ao processo de formação territorial.

A população geral do território encontra-se, em sua maioria, ao norte, principalmente no município de Valença, sendo o mais populoso, enquanto Nilo Peçanha, Piraí do Norte e Igrapiúna detêm a menor parcela da população do território. A população indígena está presente na maior parte do território, com destaque para os municípios de Valença e Camamu. O único município que não tem registro de povos indígenas é Teolândia. Portanto, é um segmento social que possui representatividade e demanda ações efetivas do poder público e da sociedade civil para assegurar os direitos constitucionais.

As áreas urbanas do território correspondem às cidades de pequeno porte, com destaque para Valença, que possui 85.655 habitantes, de acordo com o último censo, e uma área territorial de 1.123,975 km², tendo um PIB per capita de R$ 17.784,63 (IBGE, 2021). Mesmo sendo uma cidade pequena, exerce uma centralidade na hierarquia urbana por oferecer serviços diversos, como saúde, educação e lazer.

Já a população quilombola possui representatividade em todo território, exceto em Piraí do Norte, tendo destaque nos municípios de Valença, Cairu, Wenceslau Guimarães e Camamu devido ao quantitativo. Em todos os municípios do território

ISSN: 2358-8829

existe concentração de riqueza, a qual é representada pela quantidade de banheiros nos domicílios, exceto em Igrapiúna, onde não foi registrado nenhum dado para esse indicador. Por outro lado, Valença destaca-se como o município com maior quantidade de domicílios com 4 banheiros. Contraditoriamente, os dados revelaram que há em todos os municípios domicílios que não possuem esse cômodo. Acerca desse indicador, Santos e Oliveira (2024) apontam a importância do referido cômodo da casa tanto para os indivíduos residentes quanto para o coletivo urbano, pois trata-se uma questão de saúde pública, tendo em vista a garantia de melhores condições de higiene, redução do contágio e da propagação de certos tipos de doenças que podem resultar em problemas graves.

No aspecto do relevo e da geomorfologia há uma maior suscetibilidade a deslizamento nas áreas mais distantes do litoral, de modo que, à medida que os territórios se localizam mais afastados da costa litorânea, em direção ao oeste, as condições variam de muito baixa à alta. Logo, são regiões que precisam de planejamento urbano para mitigar os riscos hidrogeomorfológicos. Assim como no indicador de deslizamentos, os municípios que apresentam terrenos classificados como forte ondulado e montanhoso ou ondulado também se encontram mais a oeste do Baixo Sul, sendo mais suscetíveis a eventos dessa natureza, enquanto as áreas mais próximas do litoral possuem um relevo plano.

Considerações finais

Os resultados obtidos com esta pesquisa indicam diversas camadas de análise sobre o Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Algumas questões se relacionam com o processo de constituição territorial em contextos históricos permeados pelas resistências de grupos indígenas e de populações quilombolas. A atual presença de comunidades em quase todos os municípios do baixo sul evidencia maior necessidade de compreensão da diversidade demográfica e de ações que promovam a valorização e o reconhecimento desses territórios.

No aspecto geomorfológico, o território carece de ações mais específicas para reduzir os riscos decorrentes da sua estrutura física do solo, associado aos usos e ocupações irregulares que estão mais concentradas nos núcleos urbanos. Contudo, outras variáveis podem ser utilizadas para correlacionar contexto socioespaciais e as

fragilidades do território em função do tipo de solo e dos processos de ocupação. Portanto, é importante que outras pesquisas sejam desenvolvidas para ampliar as possibilidades de reconhecimento das situações que interferem diretamente na vida da população.

Referências

BAHIA. Decreto n° 12.354, de 25 de agosto de 2010. Reconhece os Territórios de Identidade no Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador, BA: [Governo do Estado da Bahia], 25 ago. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: *SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf. Acesso em: 12 junho. 2026.

BRITO, Francisco Jorge de Oliveira; HETKOWSKI, Tânia Maria. *Geotecnologias:* possibilidades de inclusão sócio-espacial. In: BONETI, Lindomar Wessler; ALMEIDA, Nizan Pereira; HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). *Inclusão sociodigital: da teoria à prática*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2010. p. 61-76.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Loja IBGE: atlas, mapas e publicações oficiais do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://loja.ibge.gov.br/. Acesso em: 13 jun. 2026.

MOREIRA, Rosângela Patrícia de Sousa; SOUZA, Tácio Santana de. *As tecnologias nas aulas de Geografia:* algumas possibilidades através das TIC. In: ARAÚJO, Kátia Soane Santos; MOREIRA, Rosângela Patrícia de Sousa (org.). *As tecnologias na educação: desafios e possibilidades na prática docente*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. p. 31-44.

SANTOS, Joelia Silva dos.; OLIVEIRA, Matheus Silva de. Desigualdades por setores censitários no espaço urbano do município de Barreiras-BA. *Revista Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, e024004. e-ISSN: 1984-1647. DOI: https://doi.org/10.35416/2024.9059

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO (SEPLAN). *Plano Territorial de Desenvolvimento do Baixo Sul.* Salvador, 2017. Disponível em: https://www.ba.gov.br/seplan/sites/site-seplan/files/2025-07/Plano%20Territorial%20de%20Desenvolvimento%20do%20Baixo%20Sul.pdf. Acesso em: 13 nov. 2025.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade; CARVALHO, Maria Rosário Carvalho. *Pataxó Hã-Hã-Hãe.* Instituto Socioambiental. 2021 Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pataxó_Hã-Hã-Hãe#:~:text=Em%20sua%20total

idade%2C%20os%20índios,permanecendo%20a%20Reserva%20sub-judice. Acesso: 06. Junho, 2026.

SANTOS, J. S. dos. *Elaboração de mapas temáticos com estudantes do Ensino Médio através do QGIS*. Educitec, Manaus, v. 5, n. 12, p. 288-300, dez. 2019.

SANTOS, Joélia Silva dos; HENRIQUE, Jalisson dos Santos; SOBRAL, Ana Clara Souza. Práticas interdisciplinares com o uso de geotecnologias: educação científica no ensino médio integrado à educação profissional. In: ARAUJO, Kátia Soane; MOREIRA, Rosângela Patrícia de Sousa (org.). *As tecnologias na educação: desafios e possibilidades na prática docente*. v. 2. Curitiba: CRV, 2025.